



ESTUDOS FISCAIS EM TEMPOS DE AUSTERIDADE

**EXPOSIÇÃO ANUAL DE
PRODUÇÕES ACADÊMICAS
DO GESF/UFG.**

**07/12/2018. 14H ÀS 19H.
MINIAUDITÓRIO - PRÉDIO
HUMANIDADES II - UFG**

<https://gesfufg.wordpress.com/>
<https://www.facebook.com/gesfufg>



Cara/o Leitor/a.

A seguir, você encontra o caderno de resumos das pesquisas finalizadas pelo GESF/UFG em 2018.

O Grupo de Estudos de Sociologia Fiscal - GESF, vinculado à Universidade Federal de Goiás, chegará ao seu terceiro ano de estudos e pesquisas. É uma grande alegria contemplar esta breve história e notar que as ideias que impulsionaram esta aventura científica permanecem vivas e permanentemente revigoradas.

O compromisso entre episteme e práxis; o pluralismo teórico, disciplinar e metodológico; a colaboração entre pesquisadoras/es graduandas/os, pós-graduandas/os e docentes e; a busca por uma compreensão focada quanto à perspectiva fiscal e diversificada quanto aos problemas de pesquisa têm, até aqui, definido nossos rumos. A pluralidade faz da rotina do GESF uma instigante instabilidade. Não há reunião em que liberais, keynesianos e marxistas não intercambiem, com toda a verve e paixão, ideias, conceitos e interpretações distintas sobre a dinâmica fiscal da modernidade. A cooperação entre pessoas ligadas à Economia, ao Direito e às Ciências Sociais é, igualmente, elemento de motivação e desafio, a brindar a equipe com advogadas/os discutindo teoria da moeda, cientistas sociais lidando com jurisdição constitucional e economistas perquirindo a teoria democrática contemporânea. Do mesmo modo, não são raras as ocasiões em que docentes seniores descobrem-se ampliando seus conhecimentos, por força das críticas ou ponderações apresentadas por alunos/as da graduação. Neste ambiente, consegue-se descobrir que as finanças públicas impactam as nossas sociedades em dimensões tão sérias e múltiplas como gênero, raça, classe, valores, comportamentos e instituições. É assim que fazemos uma ciência transformadora e engajada e, precisamente por isso, alheia a dogmatismos ou panfletarismos.

Neste ano de 2018, as leituras e reuniões de comentários seguiram, paulatinamente, para as primeiras pesquisas científicas. Dedicados em grande medida ao tema da austeridade, não somos menos vitimados por um contexto em que nos faltam recursos para grandes voos empíricos, a permitirem-nos produzir dados primários sobre temas como *tax morale* ou fiscalidade e comportamento eleitoral. Nestes primeiros passos, portanto, priorizamos investigações teóricas ou baseadas em dados secundários.

Esperamos que este seja o início de uma venturosa jornada. Iniciamos nossos trabalhos sob o pesar da mais gravosa medida de austeridade de nossa história - a EC 95/2016 - e seguimos a enfrentar incontáveis dificuldades, desde a luta pelo direito a usarmos a sala onde trabalhamos na FCS/UFG até os notórios entraves à produção de ciência no Brasil sob o atual momento histórico. Mas seguimos, muito felizes, motivados e gratos a todos/as que nos dão apoio, como o PPGIDH/UFG, o PPGCP/UFG e o PPGDP/UFG.

Para nós, hoje na coordenação do GESF, é uma grande honra e uma rara alegria poder conviver com uma equipe de estudantes e discentes tão animada, competente e criativa.

Boa leitura!

Francisco Tavares e Everton Rosa – Coordenadores

Autores: **Susana Araújo** (PPGCP/UFG) , **Felipe Rodrigues Sousa** (PPGCP/UFG) e **Daniel de Oliveira** (Mestre em Direito Agrário e Professor de Direito Tributário)

O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988: UM OLHAR A PARTIR DAS BASES DE INCIDÊNCIA DE 1990 A 2016

O trabalho busca compreender o Sistema Tributário Brasileiro a partir de duas vertentes: a primeira, histórica, apresenta a evolução desse sistema à luz das alterações que sofreu e vem sofrendo desde a década de 1960, e também do novo papel a ele atribuído com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A complementação dessa parte teórica apresenta-se na forma da revisão das alterações constitucionais implementadas desde 88. A segunda vertente de estudo apresenta os dados da Carga Tributária Bruta a partir das bases de incidência econômicas, pois compreende que a tradicional visão dos tributos segundo o ente arrecadador é insuficiente para dar a real dimensão da importância que o Sistema Tributário, em termos de impacto, sobre a sociedade. Essa segunda análise insere-se em contextos mais amplos, de visão de mundo e filosofia social, pelos quais o país atravessou nesses quase 30 anos.

Palavras-chave: Sistema tributário, Constituição Federal, Carga Tributária

Autora: **Thainara de Ávila Rocha** - Graduada em Ciências Sociais /UFG

Austeridade e sacrifício: uma análise a partir de Wendy Brown

Trabalhando com a teoria da cientista política americana Wendy Brown o presente trabalho visa identificar com o estudo de suas obras a composição de uma teoria crítica contemporânea. Pouco estudada no Brasil, a autora constrói ao longo de seu trabalho uma linha crítica que realiza uma análise da democracia em regimes neoliberais. A hipótese existente a partir dessa breve introdução é de que há, na obra da autora, uma coesa e coerente crítica ao neoliberalismo, de modo que visa compreender esse fenômeno desde sua formação até quando se consolida na vida cotidiana. Dessa forma, no presente trabalho será dado mais enfoque a particularidade da obra da autora que trata dessa noção sacrificial da sociedade em sua relação com as políticas de austeridade, e como o conceito de cidadania sofre uma transformação ao longo desse processo.

Autora: **Kariny Marra** - Graduanda em Direito/UFG

POLÍTICAS DE AUSTRIDADE E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: UMA ANÁLISE DO NOVO REGIME FISCAL BRASILEIRO

O trabalho propõe uma análise do Novo Regime Fiscal Brasileiro tendo como parâmetro o Estado Democrático de Direito, instituído pela Constituição Federal de 1988. A hipótese analisada é a de que o congelamento dos gastos primários em 20 anos teria o condão de modificar a estrutura estatal brasileira ao inviabilizar a aplicação dos direitos fundamentais garantidos pela constituição. Parte-se da premissa de que políticas fiscais são elemento de fundamental importância tanto para a análise de conflitos sociais, quanto para aplicação e garantia de direitos de forma geral. Dessa forma, o trabalho de Stephen Holmes e Cass R. Sustein foi largamente utilizado na análise, uma vez que, ao desfazer-se da dicotomia clássica entre direitos positivos e direitos negativos, demonstra que todos os direitos por excelência demandam uma prestação estatal e, portanto, orçamento público. A partir disso, a análise empreendida encaminhou-se para a conclusão de que a EC/95 impossibilita a aplicação de direitos fundamentais em razão da desidratação orçamentária destinada a esse fim, deixando em suspenso a normatividade do Estado Democrático de Direito. Giorgio Agamben afirma que a suspensão do Direito, em que se tem uma legislação intacta mas não aplicada, é característica elementar do Estado de Exceção, o que nos leva a crer que o Novo Regime Fiscal Brasileiro, ao impossibilitar a aplicação da constituição, traz um estado de coisas ilegítimo, qual seja o Estado de Exceção.

Autor: **Pedro Vitor Garcia Ramos** - Graduando em Economia - UFG

Responsabilidade Econômica do Estado e o Discurso da Austeridade Fiscal: Debate Teórico e Interesses Políticos em Torno da Emenda Constitucional 95/2016.

Este trabalho revisita a discussão teórica sobre o papel do Estado na economia, com destaque para a sua vital importância para a recuperação econômica e prevenção de crises. Procura-se também debater o papel das expectativas dos agentes nas decisões cruciais que são desempenhadas todos os dias na economia, tendo em vista que a centralidade da questão de “retomada de confiança” presente nos pressupostos sobre as expectativas racionais, as quais encontram-se presentes nas principais teorias econômicas do novo consenso posto pós-2010. De forma específica, o estudo busca criticar o diagnóstico proposto para aplicação da Emenda Constitucional 95/2016, sendo uma medida de austeridade fiscal sem paralelo na história econômica e que se aproximaria das políticas

econômicas recomendadas pelas escolas novo-clássica e monetarista. Por fim, é concluído que o novo consenso pró-austero tem influências dessas escolas e, no Brasil, a posição foi sintetizada na figura de Henrique Meirelles à frente do Ministério da Fazenda. A aplicabilidade dessa ação também incorre em um grave erro econômico já cometido no passado, tendo em vista que a via de expansão do produto, preconizada por Keynes, é preferível em situações restritivas e os pressupostos sobre as expectativas, acima citadas, são irrealistas.

Palavras-chave Austeridade, expectativas, papel do Estado, Keynes.

Autora: **Carolina Gonçalves** - Mestranda do PPGIDH/UFG

A INTERDEPENDÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO À SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

O presente artigo investiga em que medida o reconhecimento da interdependência entre os Direitos Humanos impacta na efetivação do direito à saúde pública no Brasil. Para tanto parte-se da identificação e análise das principais características da Teoria das dimensões dos Direitos Humanos, com ênfase na dicotomia adotada para categorizar os direitos, também denominada de concepção canônica ou *standard*, cuja construção se funda na suposta distinção natural entre direitos civis, negativos e liberais frente aos direitos econômicos, positivos e prestacionais. Em seguida, inicia-se um exame da relação entre Estado e Direitos Humanos, uma vez que é no âmbito daquele que a luta pela efetividade de tais direitos se agudiza, perpassando pela orçamentação pública como instrumento de efetivação de direitos humano-fundamentais. Por fim, passa-se ao exame da tutela do direito à saúde pública no Brasil a fim de verificar se de fato a ideia de evolução progressiva, linear e expansiva dos Direitos Humanos se concretiza.

Autora: **Lays Vieira** - Mestre em Sociologia e em Ciência Política UFG - Professora do IF-Anápolis

JUVENTUDE E AUSTRIDADE: IMPLICAÇÕES PARA ALÉM DO MUNDO DO TRABALHO

O texto se configura como um exercício teórico, ensaístico, de especulação com base em estudos referentes aos efeitos da austeridade, seja quanto a sua característica redução de gastos em serviços

públicos, ou quanto ao seu desenrolar político-ideológico-social. Por conta da condição recente desse fenômeno no Brasil, não podemos inferir com certeza absoluta que nossas proposições de fato se realizarão, mas, tendo como base estudos originados em contextos onde a austeridade está “mais desenvolvida”, propõem-se aqui a apresentação de um provável efeito futuro que veremos se desenvolver ao longo dos anos de austeridade que se seguirão, em especial na população jovem brasileira. Defende-se que a atual crise fiscal, e suas políticas de austeridade, possuem uma origem estrutural, e não de gestão, devido em grande parte as contradições insuperáveis entre democracia e capitalismo, e que essas contradições afetam a construção e o desenvolvimento da subjetividade dos sujeitos. Buscou-se deixar claro o caráter ideológico e de classe desse fenômeno e que a forma com que um Estado conforma a sua tributação deve ser uma decisão de cunho democrático. Porém, com a erosão na base de arrecadação dos Estados nacionais ocorrida nos últimos anos, vem-se transformando cada vez mais negativamente essa lógica.

Autora: **Mirela Faleiros Rezende** - Mestranda - PPGIDH

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: ENTRAVES À EFETIVAÇÃO E CUSTO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um importante marco para a história da humanidade. Surge logo após a II Guerra Mundial, momento em que o mundo se via aterrorizado como os horrores da guerra. Trouxe ideais de igualdade, respeito às singularidades, celebração da paz, tolerância e reconhecimento do outro; na busca por uma sociedade mais inclusiva. Sua força simbólica é significativa e permitiu inúmeros avanços, é parâmetro para legislações nacionais, apesar disso, sua plena efetivação nunca se deu por completo. O presente trabalho, busca investigar os entraves econômicos à concretização da Declaração. Reconhece-se a escassez e a dificuldade de alocação de recursos financeiros, bem como o papel da tributação. Os recursos são, majoritariamente, arrecadados pelo Estado por meio dos tributos e é através do produto dessa arrecadação que as atividades estatais podem ser desempenhadas e que pode-se arcar com os custos desses direitos. Compreender a limitação da receita, o mecanismo da tributação e as necessidades e desejos dos cidadãos é fundamental para entender a complexa relação que aí se estabelece e, ainda, uma das limitações à integral realização dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Declaração Universal dos Direitos Humanos, efetivação de direitos, tributação.

Autor: **Thiago Araújo** - Mestrado PPGCP/UFG

Titulo: *Um estudo sobre a reorganização administrativa do estado de Goiás a partir da política de ajuste fiscal entre os anos de 2006 e 2016.*

A pesquisa partiu de um questionamento sobre o porquê as reformas ocorridas em 2008, 2011 e 2014 não terem alcançado o pretendido ajuste fiscal no estado de Goiás. A hipótese é que a implementação de políticas de equilíbrio fiscal, por meio da reforma do Estado, tem caráter eleitoral e a finalidade de manter um projeto político de Estado e não um ajuste fiscal propriamente dito. O objetivo geral é analisar a relação entre contas públicas estadual e a reforma do estado a partir de um método de process tracing e com isso produzir inferências sobre a validade da relação para confirmar ou refutar a hipótese. A estrutura do trabalho é composta de uma base teórica sobre Estado fiscal, Debt State, austeridade fiscal, tamanho do Estado e teorias democráticas contemporânea. Sobre ela são apresentados os dados sobre as mudanças na organização do estado de Goiás ocorridas naqueles anos e, finalmente, o diagnóstico da situação fiscal goiana no período compreendido entre os anos de 2006 e 2016.

Autor: **Daniel de Oliveira** - Professor de Direito Tributário - Mestre em Direito Agrário

POLÍTICA FISCAL E OS ENTRAVES À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

O presente trabalho tem como objetivo compreender, a partir da política fiscal "à brasileira", a relação entre Economia Solidária (EcoSol) e a (extra)fiscalidade. Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento de um modelo alternativo e solidário de organização econômica no Brasil encontra entraves na órbita da política fiscal, sobretudo por conta das concessões de privilégios fiscais aos nichos econômicos "tradicionais" e parasitários, como o agronegócio, que se mantém com o *status* de produtivo ao custo de inúmeros benefícios fiscais, advindos da mobilização política desse setor no campo político. Nesse sentido, o trabalho discute, a partir da teoria praxiológica e do paradigma da (des)igualdade tributária, a atuação do Estado no processo de manutenção do modelo tradicional de economia em detrimento de modelos econômicos alternativos e solidários, a partir de *seumodus operandi* na órbita fiscal.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Igualdade Tributária. Política Fiscal.

Autor - **Marcos Vieira de Lemos** - Mestrando - PPGIDH/UFG

Por uma fundamentação dos Direitos Humanos que os aproximem do potencial epistemológico da Sociologia Fiscal e dos obstáculos capitalistas a sua efetivação.

Por suplantarem a necessidade de fundamentação dos direitos humanos, a urgência de tutelá-los efetivamente, depõem contra a eficácia da disciplinabilidade em seus estudos, que parece não contribuir tanto como exigido, no diagnóstico das causas de sua implementação em etapas. Uma poderosa ferramenta interdisciplinar é o que, do ponto de vista epistemológico, efetivamente poderia contribuir para a compreensão dos obstáculos a efetivação simultânea dos direitos humanos. Este artigo apresenta indícios de que tais obstáculos – grandemente relacionados ao que Charles Tilly chamou de cristalização de diferenças cotidianas em desigualdades categóricas - são de cunho econômico e ressalta, para os principais fundamentos teóricos dos direitos humanos, a potencialidade aclaradora da Sociologia Fiscal, naquilo que se refere a identificação das causas dos fracassos de efetivações atentas à indivisibilidade dos direitos humanos.

Autor: **Flávio Batista** - Mestrando - PPGIDH/UFG

A modernidade enquanto raça e fiscalidade na produção de desigualdades no Brasil

O presente artigo se propõe a discutir a relação entre as dimensões racial e fiscal da modernidade no Brasil. Tal esforço exige uma compreensão de variáveis importantes, por um lado o contexto social do negro no Brasil, o Estado como fator independente e o racismo como elementos-chaves na análise do contexto brasileiro. Desta forma, investiga trabalhos teóricos do pensamento social crítico brasileiro. No centro da discussão, também está presente a análise econômica, para percepção da raça indissociável da subjugação do negro e da exploração capitalista. No segundo momento, recorre-se aos estudos da sociologia fiscal quando esta enfatiza a importância da fiscalidade na era moderna. As relações sociais de tributação e de extração de recursos públicos, seriam o elemento explicativo central para compreender as distintas tensões, conflitos e discontinuidades das contradições da sociedade. Por fim, pretende-se examinar se a racialização do negro, como fruto do processo escravocrata e suas repercussões institucionais, encontrariam também, nas finanças públicas a perpetuação da desigualdade e do racismo.

Autor: **Sérgio Mendonça** - Mestre em Ciência Política pela UFG

Do caráter da representação política em contextos de neoliberalismo e austeridade

Este trabalho busca averiguar a literatura recente da ciência política de modo a avaliar como a representação política tem sido definida, examinada e a maneira como se conforma no atual contexto político, econômico e social. Em uma conjuntura marcada pela problemática da ‘crise de representação’, pela efetivação de medidas de austeridade no bojo da crise econômica de 2008, e por uma onda de descontentamento popular contra as elites políticas, examino trabalhos tanto teóricos como empíricos sobre a representação sob uma perspectiva fundada na economia política – de modo a observar suas condições de efetivação. Em um primeiro momento me atenho a uma abordagem teórica contemplando algumas das principais abordagens sobre o conceito de representação. Em seguida analiso alguns trabalhos empíricos que trataram sobre a atuação dos partidos políticos, democracia e representação na atualidade. Os achados dessa etapa, por fim, são cotejados com trabalhos que buscaram caracterizar o funcionamento das democracias em contextos de neoliberalismo e aplicação de medidas de austeridade nos países do Norte global. Conclui-se, por um lado, que existe uma lacuna na teoria política no que se refere ao efetivo funcionamento da representação – seus pressupostos sociais e econômicos de realização em um Estado capitalista. Por outro lado, observa-se o esvaziamento da representação nas democracias contemporâneas, expresso pelo evidente afastamento entre representantes e representados – que produz efeitos no conteúdo da prática política levada a cabo pelas elites. Assim, sugere-se que o problema da ‘crise de representação’ não pode ser examinado sem uma cuidadosa análise da conformação econômica e política dos Estados.

Palavras-chave: Democracia. Representação política. Neoliberalismo. Austeridade.

Autor: **Francisco Tavares** - Professor - FCS/UFG

Democracia Fiscal na Era da Austeridade: uma crítica constitucionalista ao índice Steuerle-Roepe

O artigo se propõe a discutir criticamente, à luz de concepções teórico-constitucionais liberal-igualitárias e deliberacionistas, o conceito de democracia fiscal e sua operacionalização empírica na forma do índice Steuerle-Roeper. Adota-se a premissa de que as relações e conflitos de ordem fiscal

são simbólica ou materialmente relevantes na explicação do modo como os regimes democráticos e os ordenamentos constitucionais consolidaram-se ao longo da modernidade. Dialoga-se, assim, com perspectivas da teoria democrática e do constitucionalismo contemporâneos, para as quais a tributação e os orçamentos públicos definem-se como variáveis explicativas cruciais para a explicação dos processos de democratização e de atribuição de eficácia social aos direitos constitucionalmente prescritos. Pressupõe-se, ademais, que o contexto sócio-histórico contemporâneo compreende um cenário de crise ou declínio das democracias, em grande medida explicado a partir das dificuldades fiscais enfrentadas pelos Estados. O Índice de Democracia Fiscal é discutido como uma contribuição científica promissora para a atribuição de tangibilidade empírica a este cenário, definido por Paul Pierson como de "austeridade permanente". Identifica-se, contudo, um ponto cego no índice, concernente à não consideração dos direitos fundamentais como rígidas condições de possibilidade dos processos decisórios democráticos. Finalmente, os potenciais e limites do Índice de Democracia Fiscal são cotejados com o ordenamento jurídico brasileiro, em cujo desenho constitucional sobre o direito financeiro encontram-se exemplos extremos de rigidez fiscal, seja com potencial democratizante ou com tendências antidemocráticas.

palavras-chave: Direitos Fundamentais; Democracia Fiscal; Rigidez Fiscal; Teoria Política; Teoria Constitucional.